

## Vestindo a *Wehrmacht*: as exportações brasileiras de algodão para a Alemanha, 1934-1940\*

*Dressing the Wehrmacht: Brazilian cotton exports to Germany, 1934-1940*

Henrique Pons Agnelli\*\*

**Resumo:** Este artigo investiga o crescimento do comércio brasileiro de algodão com a Alemanha entre o início do surto algodoeiro em 1934 e o fim das exportações ao país com o início da Segunda Guerra Mundial. No intuito de analisar o interesse estrangeiro pelo produto e avaliar o significado da demanda alemã pela fibra, além de compreender a importância dessas transações no conjunto das contas externas brasileiras e as percepções e implicações diplomáticas desse comércio, em especial com os Estados Unidos, o artigo resgata dados de produção, dados do setor externo e autores que tratam do desenvolvimento da cotonicultura brasileira e das relações diplomáticas e comerciais com os Estados Unidos e a Alemanha no período.

**Palavras-chave:** Era Vargas. Algodão. Setor externo.

**Abstract:** This article investigates the development of Brazilian cotton trade with Germany between the outset of the 1930's Brazilian cotton surge and the last cotton exports to Germany at the beginning of the Second World War. In order to analyze foreign interest in the product and evaluate the significance of these transactions in German demand for cotton, as well as understand its importance in the Brazilian balance of payments and its diplomatic implications, especially with the United States, this article examines production and external trade data in addition to literature regarding Brazilian cotton development and Brazilian commercial and diplomatic relations with Germany and the United States during this period.

**Keywords:** Vargas Era. Cotton. External trade.

**JEL:** F50. N56. N70.

\* Submissão: 29/03/2022 | Aprovação: 16/08/2022 | DOI: 10.29182/hehe.v26i1.859

\*\* Mestre em História Econômica pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo | ORCID: 0000-0003-2826-4182 | E-mail: henrique.agnelli@usp.br



## Introdução

O artigo introduz um dos mais importantes produtos agrícolas brasileiros do período<sup>1</sup> no centro das relações comerciais teuto-brasileiras durante o esforço de guerra alemão, face importante da ideologicamente carregada e internacionalmente contestada aproximação entre os países. O algodão brasileiro, explorado desde a época colonial para a fabricação de tecidos simples, além de já conhecido e utilizado pelos povos indígenas, é então examinado no artigo de modo a contribuir para uma maior compreensão da economia alemã nos anos anteriores ao conflito mundial, da economia brasileira crescentemente dependente do comércio com os Estados Unidos e da relação entre Brasil e Alemanha sob uma conflituosa conjuntura internacional.

Evoluindo de 11,7 mil toneladas em 1933 (Brandis, 1952) para 288,3 mil toneladas em 1941 (IBGE, 1946), as exportações de algodão desempenhariam um importante papel na balança comercial brasileira do período, superando o serviço da dívida externa em todos os anos a partir de 1934 (geralmente em mais de duas vezes) e gerando divisas equivalentes, em média, a 19% das importações totais até 1941 (IBGE, 1936; 1941; 1946; 1947), período no qual também figuraria como segundo colocado na pauta de exportações do país, atrás apenas do café (IBGE, 1941; 1946). Tratava-se do segundo surto de exportação do produto no país e, tendo na Alemanha Nazista um de seus mais importantes destinos, o algodão produzido durante a segunda metade da década de 1930 significou mais do que um simples comércio de matérias-primas entre agentes privados de duas nações pouco interessadas na questão: tratava-se de um comércio arriscado para o Brasil, com ganhos potenciais para além das exportações em si, e de um comércio fundamental para a Alemanha, que voltava suas energias aos preparativos de guerra. Com implicações diplomáticas que ultrapassaram as relações teuto-brasileiras, o algodão foi objeto fundamental das renegociações dos acordos bilaterais entre os países e importante aspecto da relação entre Brasil e Alemanha nos anos que antecederam a Segunda Guerra Mundial.

Assim, com o objetivo de entender as razões do comércio de algodão com a Alemanha entre o ano de 1934 e as últimas remessas da fibra ao país em 1939, além de contextualizar essa dinâmica no cenário de uma expansão mais geral das exportações brasileiras de algodão, tendo o Japão como principal exemplo desse crescimento, este artigo apresenta motivos e implicações

---

<sup>1</sup> O algodão se tornaria o principal produto agrícola brasileiro em valor da produção em 1939, com as fibras de algodão ultrapassando o café no ano seguinte (IBGE, 1946).

econômicas e diplomáticas dessa aproximação entre os países a partir de base documental e historiográfica, discutindo as obras de Wilhelm Deist *et al.* (1990) e de Marcelo de Paiva Abreu (1999; 2014) à luz de estudos das relações teuto-brasileiras em geral, de leituras das condições político-econômicas do período, da perspectiva estrangeira sobre esse comércio e das interpretações de época acerca do esforço de guerra alemão. Para tanto, além de recorrer a pesquisas atuais, como as de Francisco Luiz Corsi, Luiz Felipe Bruzzi Curi e Ana Maria Dietrich, e a dados acerca desse comércio, disponíveis nos Anuários Estatísticos do IBGE, o artigo investiga autores cujos relatos remontam ao início, a meados e ao final da Segunda Guerra Mundial, como Frederick Strauss, Nicholas Kaldor e John Kenneth Galbraith, inserindo-os nas discussões acerca das decisões tomadas pelos governos e do significado desse comércio no período em questão.

Tendo em vista as transformações atravessadas pelo Brasil e pelo mundo na década de 1930, de acirramento dos conflitos internacionais e de crise do liberalismo e do multilateralismo nas relações comerciais mundiais, o artigo pretende, portanto, identificar a importância do algodão brasileiro para a economia alemã em rearmamento e para a estratégia brasileira de inserção comercial de modo a expor as relações articuladas a partir desse comércio.

A primeira seção do texto discute a expansão do comércio de algodão com a Alemanha e com o Japão no contexto do aumento das relações comerciais em geral com esses países. A seção seguinte se dedica à apresentação do comércio de compensação, circunstanciado pelo esforço de guerra alemão, pelos benefícios do modelo para o Brasil e pelas críticas estadunidenses. A terceira seção discorre acerca da dependência alemã de fibras têxteis, evidenciada por uma análise da pauta de importações do país e pela busca por produtos alternativos. A quarta seção parte desses pressupostos para debater o significado do comércio de algodão para os países. A seção final do artigo fundamenta a discussão do impacto econômico e diplomático do tratado teuto-brasileiro ao contextualizá-lo no cenário internacional, comparando-o com o comércio nipo-brasileiro que se multiplica no período essencialmente em função do algodão, oferecendo também maior compreensão acerca da perspectiva brasileira sobre essas exportações.

## 1. As relações comerciais durante a década de 1930

Antes e durante a Segunda Guerra Mundial, o Império Britânico se

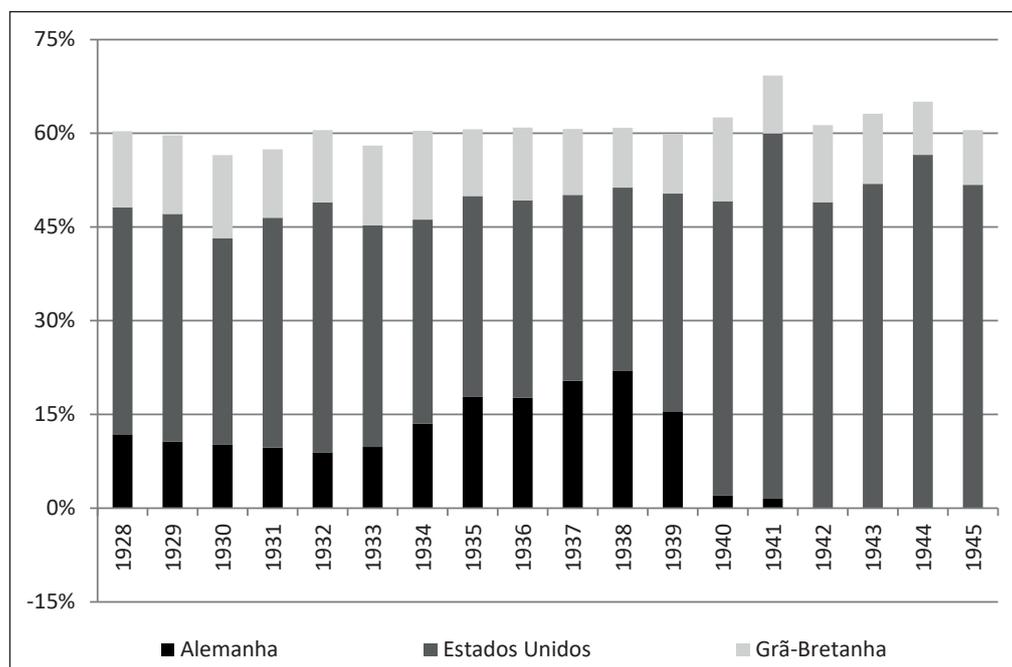
encontrava em situação privilegiada para operar suas indústrias têxteis, abastecido por suas colônias e aliados, em especial Egito, Índia e Estados Unidos. Do outro lado do conflito emergente, o esforço de guerra e o desenvolvimento econômico ampliavam a demanda por fibras têxteis e dificultavam o abastecimento das potências do Eixo, o que levou o Brasil a despontar como importante fornecedor de algodão para esses países. Essa relação seria observada desde cedo por Caio Prado Júnior, destacada pelo autor inclusive como razão para o desenvolvimento algodoeiro no período:

A Alemanha e o Japão procuram outros fornecedores para sua indústria têxtil; [...] O Brasil apresentava excelentes condições para aquele fim: a decadência da lavoura cafeeira tornara disponíveis grandes áreas de terras aproveitáveis e já preparadas, mão-de-obra abundante, recursos técnicos (transportes, aparelhamento agrônômico e comercial) que se podiam facilmente aproveitar para a nova cultura. Foi possível atacá-la em larga escala, e de um momento para outro a produção brasileira de algodão ascende para altos níveis, começando o país a figurar entre os grandes fornecedores internacionais da fibra. (Prado Júnior, 1987, p. 276-277)

De fato, o crescimento da produção brasileira de algodão seria acompanhado por importante aumento das exportações para a Alemanha e para o Japão, correspondendo o produto respectivamente a 34% e 92% das exportações totais aos países entre 1937 e 1939 (IBGE, 1941). Partindo de montantes negligenciáveis em anos anteriores, enfim, o crescimento do comércio de algodão, que superava o crescimento das relações comerciais em geral com esses países, reforçava o movimento que reduzia a importância relativa dos mais tradicionais parceiros econômicos do Brasil: Inglaterra, Estados Unidos e França.

Correspondendo a 11% das importações e exportações totais brasileiras em média nos anos de 1928 e 1929, a cifra da participação alemã não foi impactada significativamente pela crise de 1929, reduzida a 10% nos anos entre 1930 e 1933, ainda que o valor total transacionado tenha caído em 1932 à quarta parte do observado em 1928. A partir de 1934, entretanto, no momento em que o comércio exterior volta a crescer e quando tem início o surto algodoeiro, a Alemanha ganha progressivamente maior importância, evoluindo a 18% em 1935, quando supera significativamente a Inglaterra, 20% em 1937 e 22% em 1938, ponto mais baixo da participação estadunidense, em 29%. Conquistando significativos mercados no Brasil, entretanto, esse aumento seria em parte decorrente de uma sobrevalorização das faturas

### Gráfico 1 – Participação dos principais parceiros comerciais no conjunto de importações e exportações brasileiras (1928-1945)



Fonte: IBGE (1941, p. 1365-1370) (1928 até 1939); IBGE (1946, p. 246-251) (1940 até 1944); IBGE, (1947, p. 281-286) (1945).

contabilizadas em *Reichsmark*, cotado acima dos marcos de compensação subsidiados de fato negociados:

As conquistas alemãs no mercado brasileiro são, contudo, exageradas pelo fato de que as importações provenientes da Alemanha estavam sobrevalorizadas em 20%, pois as estatísticas brasileiras computavam as faturas em *Reichsmark* e não em marcos de compensação. [...] Na verdade, a participação conjunta de importações provenientes da Alemanha e do Reino Unido manteve-se regularmente entre 28 e 32% do total entre 1933 e 1938, enquanto a participação norte-americana ficava em torno de 23 a 25%. O que ocorreu foi a significativa substituição de produtos britânicos por alemães. (Abreu, 1999, p. 192)<sup>2</sup>

Ampliada a participação alemã nas exportações totais de 8% em 1933 a 16% em 1935 e 19% em 1938, o destaque da Alemanha seria ainda mais claro na pauta brasileira de importações, em que o país passaria a figurar de 12% a 20% e, finalmente, 25% nos mesmos intervalos,<sup>3</sup> sendo a principal ou

<sup>2</sup> É importante ressaltar que o gráfico ilustra uma composição de importações e exportações, não diretamente comparável com as proporções relatadas por Abreu.

<sup>3</sup> 12%, 16% e 20% segundo Abreu (1999, p. 193). A Tabela 1 também apresenta valores oficiais potencial-

segunda mais importante, origem de diversos produtos industrializados consumidos domesticamente.

**Tabela 1 – Participação alemã nas importações de alguns produtos selecionados (1936-1938)**

Produto	Importação total (Mil Contos de réis)			Participação alemã		
	1936	1937	1938	1936	1937	1938
Ferramentas e utensílios	55,6	71,1	55,5	43%	43%	54%
Máquinas de fiação e tecelagem	48,9	80,0	87,1	43%	37%	37%
Ferro e aço em chapas	46,4	76,6	47,0	62%	37%	34%
Máquinas de costura	45,9	61,5	49,7	36%	35%	32%
Anilinas e correlatos	42,0	46,2	40,6	65%	69%	66%
Ferro e aço em barra	36,2	62,9	51,4	74%	62%	70%
Fármacos	25,4	27,6	58,8	61%	70%	58%
Dínamos e geradores elétricos	23,7	41,3	34,0	42%	48%	44%
Máquinas de escrever	17,5	26,7	20,7	34%	42%	39%
Adubos químicos	15,6	3,0	23,8	76%	58%	54%
Cimento	14,3	11,7	9,6	61%	76%	79%

Fonte: IBGE (1941, p. 424-431).

Com a queda da participação alemã a partir de 1939, os Estados Unidos consolidariam posição ainda mais proeminente do que a que ocupavam até então, equivalendo suas compras e vendas a 60% do total transacionado pelo Brasil em 1941. De sua posição de destaque, contudo, os Estados Unidos contestaram a ascensão alemã, e ainda que não lhe tirassem o *status* de principal parceiro comercial do Brasil,<sup>4</sup> colocaram em questão o comércio teuto-brasileiro que amadurecia.

mente superestimados, resultantes da mesma diferença entre as taxas de câmbio da moeda negociada e da moeda registrada.

<sup>4</sup> Abreu afirma inclusive que a participação norte-americana no mercado brasileiro “de fato aumentou entre 1933 e 1938”. Ibidem, p. 163.

## 2. O comércio de compensação, suas implicações diplomáticas e seus antecedentes

A inflexão observada no comércio com a Alemanha em 1934 coincide com o ano de assinatura do acordo bilateral de comércio de compensação, a partir do qual os países transacionariam mercadorias por meio de moedas inconvertíveis, capazes de adquirir produtos apenas entre os signatários do acordo e passíveis de acumulação caso não fossem utilizadas, com a promessa de compras futuras.<sup>5</sup> Esse modelo de comércio garantia que qualquer mercadoria vendida à Alemanha geraria divisas que não poderiam importar produtos de outros países, assegurando o consumo brasileiro de produtos alemães, e permitia que a Alemanha poupasse suas divisas convertíveis ao mesmo tempo que importava mercadorias importantes. O sistema era uma resposta à drástica redução das reservas alemãs de ouro e de moedas estrangeiras, de 2.806 milhões de marcos em 1930 para menos de 100 milhões em 1935 (Deist *et al.* 1990), e implicava um financiamento intertemporal dos signatários do acordo à Alemanha na medida em que, diferente de um superávit comercial tradicional, os saldos em marcos de compensação não poderiam ser liquidados por meio do comércio com outras nações nem poderiam pagar dívidas com outros países, sendo saldados apenas em períodos subsequentes.

Além de conveniente para a Alemanha, a assinatura do acordo por parte do Brasil atendia a um conjunto específico de interesses nacionais, em especial a ampliação dos mercados a produtos politicamente importantes, como couros, lã, arroz, carne, fumo e banha, significativos para o Rio Grande do Sul e interessantes para a Alemanha (Abreu, 1999), maior acesso a equipamentos para reaparelhamento do exército brasileiro<sup>6</sup> e a possibilidade de aquisição de produtos manufaturados com preços relativos mais favoráveis, fruto do subsídio alemão a mercadorias exportadas em marcos compensados, especialmente maquinaria e equipamentos de escritório.

<sup>5</sup> “Eventuais saldos comerciais bilaterais resultariam na acumulação de depósitos inconvertíveis em mil réis ou marcos compensados caso a Alemanha ou Brasil vendessem mais do que comprassem no outro mercado.” (Abreu, 2014, p. 91).

<sup>6</sup> Vale ressaltar que esse ponto não teria influenciado a decisão de assinar o acordo, segundo Abreu (1999), ainda que a expansão do comércio teuto-brasileiro tenha também beneficiado setores militares: “A sugestão de que o envolvimento dos militares teria sido importante na tomada de decisões relativa à introdução de acordos de compensação, baseado na esperança de que essa política facilitasse a aquisição de equipamento militar extremamente necessário, parece um pouco exagerada no que diz respeito a um período tão precoce.” (Abreu, 1999, p. 161).

A expansão do comércio teuto-brasileiro favorecia exportadores (que não dispunham de mercados alternativos), importadores, consumidores (que tinham acesso a bens a preços vantajosos que não seriam importados na mesma quantidade no caso de cessar o comércio de compensação) e militares. A adoção desta política era, além disto, vital do ponto de vista político, pois Vargas dependia do apoio dos estados mais afetados. (Abreu, 2014, p. 94)

No entanto, em um período de acirramento dos conflitos internacionais, no qual alinhamentos comerciais pressupunham estreitamentos mais abrangentes dos laços entre os países envolvidos,<sup>7</sup> ocorria que a aproximação comercial alemã com o lar do maior contingente de filiados ao partido nazista fora da Alemanha,<sup>8</sup> país governado também por um regime simpático ao modelo de Estado alemão (Dietrich, 2007), preocupava autoridades estadunidenses. Ainda que boa parte dos intelectuais e industriais influenciados pelo pensamento econômico alemão apoiasse publicamente “boas relações diplomáticas Brasil-EUA” (Curi, 2018, p. 325),<sup>9</sup> os riscos para as relações com os Estados Unidos e com a Grã-Bretanha associados a esse acordo eram notórios, fato evidenciado inclusive pelas palavras de Getúlio Vargas em seu diário em maio de 1937:

O convênio alemão, feito em marcos de compensação, desperta queixas do governo americano pela concorrência desigual que faz a produtos tipicamente americanos no mercado brasileiro. Os americanos afirmam que isso constitui uma violação do nosso tratado de comércio com os Estados Unidos. A federação

<sup>7</sup> O recrudescimento do armamentismo europeu, do neocolonialismo sobre povos africanos e asiáticos e das rivalidades regionais latino-americanas faria com que “o atraso econômico, a falta de estabilidade política e o despreparo das forças armadas [parecessem] à época questões a serem enfrentadas com a máxima urgência” (Corsi, 2012, p. 328), e o comércio, os capitais e os financiamentos estrangeiros necessários para o desenvolvimento dependiam de “acordos e alinhamentos entre os governos” (Corsi, 2012, p. 328). Um exemplo de cooperação militar pode ser encontrado nos escritos de Vargas em seu diário, referente a 23 de janeiro de 1937: “O dia todo foi consagrado a uma visita à fábrica de aviões da Marinha, na ilha do Governador. Foram em minha companhia os governadores de Minas e da Bahia. Visitamos as novas construções e as antigas oficinas onde estão sendo feitos 20 aviões-escola tipo alemão, havendo um engenheiro e vários operários desta nacionalidade ensinando o nosso pessoal. Assistimos às evoluções de um avião deste tipo, vindo da Alemanha como modelo, e que foi manobrado com raro brilhantismo por um piloto da reserva da Marinha.” (Vargas, 1995, p. 14).

<sup>8</sup> Com algo entre 2.900 e 3.100 filiados, em parte coagidos por empresas alemãs que os empregavam, 10% dos 29.099 filiados ao partido nazista fora da Alemanha seriam imigrantes ou descendentes de imigrantes alemães no Brasil (Gertz, 1996; Lucas, 2011).

<sup>9</sup> Uma cisão efetiva com os Estados Unidos significaria “implodir a base de sustentação política do regime e deixar o país à mercê de prováveis represálias norte-americanas” (Corsi, 2007, p. 253-254).

econômica constituída pelo império britânico procura restringir a entrada de nossas carnes, onerando com taxas ou reduzindo as quotas de importação. (Vargas, 1995, p. 43)<sup>10</sup>

As diversas críticas estadunidenses em distintos momentos de renegociação do acordo miravam no cerne da política comercial brasileira com a Alemanha, censurando o uso de divisas inconversíveis, inadequadas para a liquidação de dívidas e atrasados comerciais, e a política alemã de subsídio às indústrias exportadoras, responsável pela concorrência desleal com produtos estadunidenses e, portanto, danosa à cláusula de “nação mais favorecida” assinada entre os países. Autoridades brasileiras repetidamente argumentavam que o país estava comprometido com o multilateralismo e que o comércio de compensação era uma solução temporária para problemas imediatos (Abreu, 1999). De seu lado, a Alemanha negava a política de subsídios e afirmava que as medidas tomadas eram comparáveis às amplamente praticadas desvalorizações cambiais, acusando os Estados Unidos de tentar forçar o Brasil a tomar decisões prejudiciais a si próprio, além de prejudiciais à Alemanha, por meio do poder de barganha que possuíam (Abreu, 1999).

A depender da interpretação, diferentes razões levaram os Estados Unidos a optar por não agir mais diretamente e aplicar medidas retaliatórias contra o esquema de compensação. Apontadas tanto como uma defesa de seus interesses de longo prazo, que não envolvia uma afronta direta à Alemanha nem ao Brasil (Abreu, 1999), quanto uma falta de força naquele momento para impor sua agenda (Corsi, 2012), a tolerância estadunidense com o comércio bilateral teuto-brasileiro pode também ter advindo da noção de que o verdadeiro prejudicado pela expansão comercial alemã na América Latina era a Inglaterra, não os Estados Unidos,<sup>11</sup> além da ideia de que o mecanismo alemão de subsídios seria insustentável no longo prazo.

<sup>10</sup> É curioso destacar que Abreu (1999) não vê ameaças por parte da Grã-Bretanha ao tratado assinado com a Alemanha: “O Reino Unido, apesar de obviamente atingido pela expansão do comércio de compensação, não protestou quer contra a existência de tratamento discriminatório na distribuição do câmbio, dado o precedente do acordo Roca-Runciman na Argentina, quer contra o fato de se estar negociando o marco de compensação a uma taxa inferior ao valor em ouro do *Reichsmark*, dado que a libra também se desvalorizara em relação ao seu valor em ouro.” (Abreu, 1999, p. 165).

<sup>11</sup> Sobre essa questão, cabe destacar que Marcelo de Paiva Abreu faz uma leitura semelhante: “Embora a concorrência alemã obviamente afetasse as exportações dos Estados Unidos, especialmente no caso de bens de consumo duráveis, não era bastante para minar a participação global norte-americana no mercado brasileiro, que de fato aumentou entre 1933 e 1938. Foram as importações britânicas tradicionais [...] as principais vítimas da competição alemã, apesar dos constantes protestos norte-americanos a respeito das consequências danosas para suas exportações do comércio de compensação entre Brasil e Alemanha.” (Abreu, 1999, p. 163).

Essa leitura da situação seria feita ainda antes da guerra, no contexto do esforço estadunidense de apaziguamento da Europa, por Percy Wells Bidwell, que defenderia uma política comercial paciente em resposta ao agressivo avanço comercial alemão. Tornando-se, após a guerra, diretor de estudos do Council on Foreign Affairs, entidade responsável pela revista na qual ele defende essa posição, o autor evidencia sua preocupação com a paz ao considerar as alternativas dos Estados Unidos naquele momento e defender a não interferência no comércio teuto-brasileiro em janeiro de 1939:

Os aspectos ameaçadores da política comercial alemã são em grande medida resultado do medo de que seus objetivos econômicos serão sufocados e de que o controle comercial será utilizado para um objetivo político que pode colocar em perigo a paz em todo o mundo. Nessas circunstâncias, o que os Estados Unidos deveriam fazer? (Bidwell, 1939, p. 382, tradução nossa)<sup>12</sup>

Os Estados Unidos não sofreram nenhuma perda significativa com exceção do México, [...] a Alemanha está desafiando o comércio estadunidense no Brasil, Chile e Uruguai, [mas] seus ganhos foram feitos em praticamente todos os casos à custa do Reino Unido, ou de algum outro país, ao invés de à custa dos Estados Unidos. (Bidwell, 1939, p. 379, tradução nossa)<sup>13</sup>

Esperar pacientemente pode parecer insatisfatório para aqueles cujas emoções demandam ação, mas não é de todo ilógico. Em primeiro lugar, pode-se argumentar que o tiro alemão já foi dado. Arrancadas comerciais repentinas geralmente resultam de estímulos agressivos de novas políticas comerciais. [...] Assumir que um novo ganho proporcional ou mesmo igual a esse seja possível nos próximos anos utilizando os mesmos métodos é um erro grosseiro. A curva de ganhos da Alemanha já mostra sinais de achatamento. Eventualmente, e no futuro não muito distante, a habilidade alemã de exportar e importar vai depender de sua posição econômica subjacente, de sua habilidade de produzir bem e barato. (Bidwell, 1939, p. 386, tradução nossa)<sup>14</sup>

<sup>12</sup> No original: “The threatening aspects of German trade policy are very largely the result of the fear that the economic objectives will be smothered, and that trade control will be utilized for a political end which may endanger the peace of the whole world. Under these circumstances, what should America do?”

<sup>13</sup> No original: “The United States has suffered no serious reversals except in Mexico, [...] Germany is challenging American trade in Brazil, Chile and Uruguay. [But] The German gains in practically all cases have been made at the expense of the United Kingdom, or some other country, rather than at the expense of the United States.”

<sup>14</sup> No original: “‘Sitting tight’ seems unsatisfactory to those whose emotions demand action. But it is not without logical justification. In the first place, it may be argued that German bolt is shot. Sudden spurts in trade activity often result from sharp stimulus of a new commercial policy. [...] But to assume that a proportionate or even an equal gain can be achieved by the same methods in the next few years is probably a gross error. The curve of German gains already shows signs of flattening out. Eventually, and in the not distant future, Germany’s ability to export and import will depend on her underlying economic position, upon her ability to produce well and cheaply.”

A conclusão da questão parece ser que a política alemã não representa nenhuma ameaça ao comércio estadunidense, ou à economia dos Estados Unidos no geral [...]. Sob essas circunstâncias, parece não haver justificativa para uma mudança de curso na política dos Estados Unidos. (Bidwell, 1939, p. 390, tradução nossa)<sup>15</sup>

Se as intenções estadunidenses com relação ao tratado de compensação teuto-brasileiro pareciam incertas, os motivos alemães eram firmes e claros. Permeada por determinantes políticas, a estratégia alemã de poupar divisas conversíveis e subsidiar exportações compensatórias de matérias-primas estrangeiras em 1934 já fazia parte do programa nazista de preparo para a guerra. Desde a subida de Hitler ao poder, com a Lei de Concessão de Plenos Poderes de 1933, a militarização do país se tornou a principal preocupação das lideranças e a economia teria de se sujeitar às mudanças necessárias para a guerra ainda em tempos de paz.<sup>16</sup> O preparo para a guerra imperava e o aumento do número de aliados comerciais que viabilizassem o reequipamento militar do país era parte desse esforço.

A expansão comercial alemã que alcançou o Brasil ainda na primeira metade da década já seguia recomendações de especialistas militares em economia de guerra, que tomavam como conclusão da Primeira Guerra o fato de que os preparativos não deveriam ser limitados às necessidades operacionais das forças armadas. As “inesperadamente pesadas batalhas de material”<sup>17</sup> e as dificuldades impostas pelo bloqueio inimigo, incluindo a política britânica de interceptação de carregamentos de algodão destinados a nações neutras na Europa, ensinaram que o país deveria garantir igualmente as necessidades materiais do exército e da população civil e, para tanto, deveriam atribuir ao Estado a responsabilidade por “determinar a quantidade de matérias-primas necessárias para a economia como um todo”, “armazenar bens e matérias-primas indisponíveis na futura zona de guerra” e “rearranjar sis-

<sup>15</sup> No original: “*The conclusion of the matter seems to be that German policy presents no threat to American trade, or American economy generally [...]. Under the circumstances, there seems to be no justification for a volte face in American policy.*”

<sup>16</sup> Cabe ressaltar que não havia demasiado espaço para dúvidas sobre a natureza belicista e expansionista do novo governo ao assumir o poder na Alemanha, conforme as declarações do ditador: “[...] aquele que não quer lutar neste mundo, onde o esforço permanente é a lei da vida, não tem o direito de existir” (Hitler, 1939 *apud* Deist *et al.*, 1990, p. 19, tradução nossa). Além disso, segundo os autores, Hitler diria em seu segundo livro que “o pacifismo era ‘vicioso’ e seus aderentes eram ‘inimigos de todas as heroicas virtudes raciais’, em busca de convencer as pessoas de que elas não precisam ‘estar prontas para derramar seu sangue na luta por mercados para seus produtos’” (Deist *et al.*, 1990, p. 20, tradução nossa).

<sup>17</sup> A *Materialschlacht* não apenas se tornava uma nova dimensão dos conflitos militares a partir da Primeira Guerra Mundial como assumia papel determinante em seus desenlaces (Deist *et al.*, 1990).

tematicamente as relações econômicas externas tendo em vista a proteção contra o bloqueio de suprimentos” (Deist *et al.*, 1990, p. 196). Essa doutrina de garantia do abastecimento de matérias-primas condizia com a leitura feita na época, expressa pelo economista britânico Nicholas Kaldor, de que:

Assumindo que haja tempo suficiente para fortalecer os bens de capital de suas indústrias, em todas as etapas, aos requisitos da guerra, os limites finais do potencial de guerra de um país são determinados simplesmente pela quantidade e habilidade de sua mão de obra e pela riqueza de minerais das áreas sob seu controle ou com as quais ele é capaz de comercializar. (Kaldor, 1945, p. 34, tradução nossa)<sup>18</sup>

A estratégia de supervisão e regulação da aquisição, distribuição, armazenamento, venda e uso de matérias-primas por parte do governo alemão, que diferenciava a forma de planificação econômica alemã de outros sistemas em ascensão no mundo protecionista do pós-crise de 1929, estava relacionada, enfim, à ideia de “autarquia” prevalente entre ideólogos do regime, a qual ditava que a força e a autonomia de um país dependiam de sua capacidade de suprir suas próprias necessidades. As transformações da economia alemã, dessa forma, eram reflexo do conceito de “espaço vital” que guiara seu expansionismo desde antes da Primeira Guerra Mundial, de uma busca por “dominação e ocupação do espaço inerente a todos os seres vivos” (Curi; Lima; Pereira, 2019, p. 484, tradução nossa)<sup>19</sup> que colocava a Alemanha mais uma vez em rota para uma conflagração global. Uma vez que o “comércio internacional se tornava meio de conquista de novos recursos, instrumento de expansão doméstica ao invés de meio para atingir benefícios mútuos” (Curi; Lima; Pereira, 2019, p. 487, tradução nossa),<sup>20</sup> o Estado serviria como diretor, estabelecendo as prioridades e figurando muitas vezes como principal consumidor.

Dispondo de instrumentos como ordens, proibições e benefícios financeiros apenas para fazer cumprir suas prioridades relacionadas ao rearmamento, e dificilmente interferindo diretamente nas empresas antes do início

<sup>18</sup> No original: “Assuming that there is time enough to build up the capital equipment of its industries, in all stages, to the requirements of war, the ultimate limits to a country’s war potential are set simply by the quantity and skill of its man power, and by the richness of ores and minerals of the areas under its control or with which it is capable of trading.”

<sup>19</sup> No original: “general phenomenon of the ‘domination/occupation of space’ (Raumbewältigung) inherent to each living being”.

<sup>20</sup> No original: “international trade became a means of conquering more resources, an instrument of domestic expansion, and not, as the free-trade doctrine postulated, a way for the countries involved to achieve mutual benefits”.

da guerra, entretanto, ocorria que o esforço de guerra antecipado, por mais que custasse ao país em termos comerciais e cambiais, não se traduzia em uma mobilização econômica geral alemã como em grande medida se propagandeava. Ao final da guerra, a leitura que já se fazia era de que a estratégia econômica alemã a partir de 1936 buscava acomodar visões distintas de lideranças militares e do comando ditatorial a respeito do objetivo expansionista comum: entre se preparar para “lutar uma guerra prolongada contra uma combinação de potências” e, ao contrário, “assegurar liderança suficiente na corrida armamentista internacional para atingir seus objetivos com golpes rápidos dados no momento certo” (Kaldor, 1945, p. 47, tradução nossa),<sup>21</sup> dificilmente se poderia falar em uma economia impelida pelo esforço máximo de suas forças produtivas. Com um grau de mobilização do trabalho semelhante ao britânico antes da guerra e com uma proporção menor de pessoas empregadas em indústrias bélicas,<sup>22</sup> seriam as matérias-primas estrangeiras que teriam o potencial de viabilizar ou arruinar o esforço de guerra alemão, que ainda contava com folgas em outras frentes: “a extrema dependência alemã de importações de toda sorte de matérias-primas sempre foi considerada sua fraqueza fatal no caso de uma guerra prolongada” (Kaldor, 1945, p. 42, tradução nossa).<sup>23</sup>

Assim, partindo de uma economia em larga medida dependente de insumos importados e regida pelo imperativo de rearticular suas relações comerciais aos moldes dos conceitos de “autarquia” e de “espaço vital”, os esforços de reaparelhamento do exército e os mecanismos governamentais de controle da economia teriam um efeito duplo sobre a eficácia do mecanismo de comércio de compensação: enquanto o consumo interno de manufaturados aumentava a demanda por matérias-primas e exigia importações cada vez mais vultosas, ele restringia os produtos disponíveis para exportação necessários para quitar os saldos inconversíveis de seus parceiros, o que levaria inclusive à interrupção de acordos bilaterais semelhantes ao brasileiro por parte de signatários que acumulavam reservas inconversíveis em excesso. Com

<sup>21</sup> No original: “*Fighting a prolonged war against a combination of major powers*”; “*secure sufficient lead in the international armament race to gain his ends through lightning blows delivered at the right moment*”.

<sup>22</sup> Salienta-se que cabia ao setor privado a expansão da produção tanto de artigos militares quanto de armamentos, aviões e submarinos, quanto de artigos civis, uma vez que se entendia que a busca por lucro corrigiria os eventuais erros de planejamento do governo e os recursos privados e o elevado nível de desenvolvimento econômico associado às forças capitalistas permitiriam uma expansão mais veloz da indústria demandada pelo Estado (Deist, *et al.*, 1990).

<sup>23</sup> No original: “*Germany’s extreme dependence on imports for all kinds of raw materials was always regarded as her fatal weakness in case of a prolonged war*”.

“industriais alemães [que] comumente negligenciam os acordos de exportação em benefício dos lucrativos e menos arriscados negócios locais” (Schacht *apud* Deist *et al.*, 1990, p. 311),<sup>24</sup> o esforço de guerra alemão paradoxalmente prejudicava os mecanismos comerciais estruturados de modo a fortalecer o rearmamento.

### 3. A importância do algodão na economia alemã

O déficit de bens intermediários decorrente da restrição às importações e da dificuldade de ampliação da produção nacional levaria a uma crise já em meados de 1934,<sup>25</sup> incluindo uma interrupção das produções de aço e explosivos. Situação comparável despontava também na oferta de alimentos, com restrições a importações decorrentes de problemas cambiais reduzindo a ingestão calórica média e a qualidade dos alimentos disponíveis: os consumos de frutas, leite, carnes e gorduras seriam respectivamente 30%, 20%, 16% e 7% inferiores em 1937 aos observados dez anos antes, sendo o valor energético total 15% inferior à ingestão calórica anterior à Primeira Guerra, em 1913 (Strauss, 1941). Com um déficit de mais de um milhão de toneladas de proteínas (ou 15% das necessidades do país, além de 50% das necessidades de gorduras), indisponibilidade de terras para expansão do cultivo e da criação animal (contraídas as terras de cultivo, ao contrário, em 2,2 milhões de acres entre 1933 e 1938 em função da expansão de estradas, aeródromos, quartéis e fortificações), retração da mão de obra (com um êxodo rural da ordem de 18% dos trabalhadores agrícolas apenas entre 1935 e 1938), déficit de maquinário e de materiais de construção (com apenas 2% das fazendas equipadas com tratores e com o reduzido número de silos impedindo adequada expansão de cultivos entressafras) e insuficiente reposição de nutrientes do solo, a questão alimentar constituiria obstáculo central aos projetos econômicos alemães (Strauss, 1941).

<sup>24</sup> Comunicação do então ministro da economia, Hjalmar Schacht, com Hermann Göring. As discussões em torno do uso das divisas e da destinação dos produtos manufaturados seriam inclusive a razão pela qual Schacht abdicaria de seus cargos de ministro da economia e de “plenipotenciário da economia de guerra” (Deist *et al.*, 1990, p. 314).

<sup>25</sup> Em 1936, a falta de bens intermediários limitava as indústrias de munição a funcionar com apenas 70% de sua capacidade, empresas processadoras de borracha trabalhavam sem estoque, com os materiais que recebiam no dia, e indústrias automotivas tiveram de funcionar apenas dois ou três dias por semana. Tratando-se fundamentalmente de uma crise do setor externo, as autoridades governamentais não podiam recorrer à solução de desvalorização cambial para obtenção de mais divisas, uma vez que não apenas encarcerariam as importações como também tornariam a elevada dívida externa impagável (Deist *et al.*, 1990).

Também em 1934, uma perigosa contração da disponibilidade de algodão, cujo estoque não superava o suficiente para duas semanas de atividades das indústrias têxteis, sinalizava o início de problemas duradouros de abastecimento de fibras têxteis. Apesar de o governo reduzir as jornadas de trabalho nessas fábricas, no intuito de evitar um colapso total pela falta de matéria-prima, não se tratava de uma produção que podia ser suspensa. Ao contrário, tratando-se de um insumo necessário tanto para a uniformização das numerosas novas tropas quanto para abastecimento das indústrias voltadas ao mercado doméstico em geral, haveria uma disputa entre a destinação civil e a militar das fibras têxteis (Deist *et al.*, 1990).

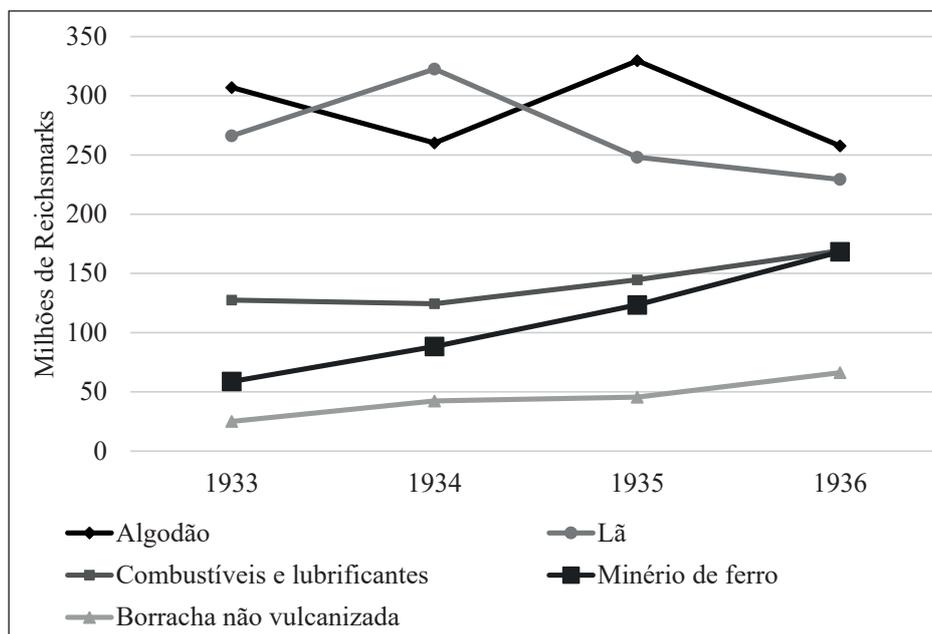
Com reduzidos estoques da maioria das matérias-primas no início da guerra,<sup>26</sup> o algodão foi parte fundamental do grave problema de abastecimento alemão: o esforço de guerra demandava um fornecedor seguro da fibra que permitisse manter as atividades no setor sem onerar em demasia suas reservas cambiais. A situação era também agravada pelo fato de o algodão ser um dos produtos dos quais a Alemanha mais dependia do comércio exterior: enquanto 80% dos alimentos, 62% do zinco, 40% da gasolina, 18% do minério de ferro e 15% da borracha não vulcanizada eram produzidos domesticamente em 1936, apenas 10% dos insumos da indústria têxtil provinham do próprio país (Deist *et al.* 1990). Ocorria que, apesar do destacado problema do déficit de alimentos chamar a atenção de especialistas alemães e estrangeiros no período, com significativo esforço de reorganização comercial e expansão produtiva direcionada a essa questão, e apesar da questão da autonomia alimentar integrar o discurso acerca da “autarquia” alemã, o algodão sobressairia como problema incontornável do setor externo alemão na segunda metade da década.

A dependência do abastecimento estrangeiro e a necessidade de sustentar as atividades das indústrias têxteis tornariam o algodão o insumo mais custoso da pauta de importações alemã nos primeiros anos do esforço econômico. Correspondendo em média a 6,8% do total das importações realizadas entre 1933 e 1936, o algodão superaria qualquer outra matéria-prima no conjunto das importações alemãs do período.

---

<sup>26</sup> Menos de seis meses para a maioria dos produtos calculando a partir do consumo anterior à guerra, com exceção de manganês, cromo, tungstênio e ferro (Kaldor, 1945).

**Gráfico 2 – Principais importações alemãs de matérias-primas (1933-1936)**



Fonte: Deist *et al.* (1990, p. 256).

Sendo os produtos terminados equivalentes a menos de um décimo das importações alemãs entre 1935 e 1936 (Deist *et al.*, 1990), as matérias-primas ocupavam espaço central na pauta de importação, com destaque para as fibras têxteis naturais que equivaliam a 12,7% do total, superiores aos 7,2% referentes ao conjunto de minério de ferro, combustíveis e lubrificantes. Os alimentos, que em 1934 se tornavam aspecto central do “fortalecimento econômico e militar do Reich, [...] preliminares a qualquer preparação de guerra” (Deist *et al.*, 1990, p. 295),<sup>27</sup> e que nos anos seguintes pouco tiveram seus déficits equacionados (Strauss, 1941), não atingiam, na maioria dos casos, as cifras observadas no comércio de algodão: as expressivas importações de grãos, manteiga e vegetais custariam ao país, respectivamente, 376,1, 157 e 36,9 milhões de reichsmarks em 1934 (145%, 60% e 14% do gasto com algodão) e 107,6, 191,5, e 27,6 milhões de reichsmarks em 1936 (42%, 74% e 11%) (Deist *et al.*, 1990).<sup>28</sup>

<sup>27</sup> No original: “*economic and military strengthening of the Reich, [...] safeguarding the country’s food supplies was a preliminary of any war preparations*”. A cifra de 1933 e de 1936 de 80% de produção doméstica de alimentos seria elevada para apenas 83% em 1939 (Deist *et al.* 1990).

<sup>28</sup> Os gastos totais foram calculados a partir de preços referentes a 1938-1939 e a ausência de valores específicos de importação determinou que outros alimentos, agrupados de modo distinto entre estatísticas de volume e de preço, não fossem contabilizados ou comparados ao algodão. Salienta-se, entretanto, que, em volume, os grãos seriam superados apenas pela importação de “oleaginosas” como categoria geral, e que as

O déficit crônico de fibras têxteis associado à dependência de importações da matéria-prima, ao esgotamento das reservas internacionais e à própria política de busca pela autossuficiência levaria o governo alemão inclusive a investir em fábricas de tecidos de raio, que apesar de elevarem a produção de fibras sintéticas em mais de quatro vezes entre 1935 e 1939, aumentando a autossuficiência em fibras têxteis a 43% ao final da década, produziram volumes aquém dos planejados: a produção de 63,6 mil toneladas de raio em 1935 cresceria para 278 mil toneladas em 1939, 60% do total previsto de 463,4 mil toneladas (Deis *et al.*, 1990). Para as autoridades alemãs, por fim, o algodão também demandava atenção especial pela impossibilidade de obter a fibra entre países vizinhos, dentro da zona de influência alemã, países considerados como prioritários para ampliar o comércio a fim de formar um cordão de nações aliadas ou neutras que continuariam suprindo a Alemanha em caso de um bloqueio econômico ou quando começasse a guerra. Diferente do combustível romeno, da bauxita húngara e iugoslava, da manteiga dinamarquesa, do couro e linho báltico, do ferro sueco e dos alimentos balcânicos (Deist *et al.* 1990), o algodão tinha de ser importado de mais longe.

#### 4. O poder de barganha brasileiro

A disposição brasileira para vender segundo as condições alemãs de comércio faria do país o principal fornecedor de algodão da Alemanha nazista ao menos em 1937, quando o algodão brasileiro superaria o estadunidense em volume em 32%<sup>29</sup> e supriria 29% das importações alemãs do produto.<sup>30</sup> Em meados de 1938, com o comércio de algodão correspondendo a mais de

---

gorduras, entre as quais a manteiga se destacava pelo elevado valor, “representavam indubitavelmente a mais séria distorção no suprimento alemão de alimentos” (Deist *et al.* 1990, p. 299). Tendo em vista a metodologia descrita, cabe ressaltar que os gastos com grãos estão provavelmente superestimados, sendo utilizados apenas os preços do trigo no cálculo (8,7% superiores aos preços de centeio) em função da ausência de maior abertura. Considerando, entretanto, dados do IBGE (1939), o volume de centeio, cevada e aveia importados pela Alemanha em 1937 correspondeu a apenas 4,3% do volume de trigo importado, atenuando o erro esperado e viabilizando a comparação.

<sup>29</sup> Conforme dados de CQ Researcher (1939), o Brasil teria exportado 78,4 mil toneladas para a Alemanha em 1937, sendo o volume proveniente dos Estados Unidos de 64 mil toneladas, dados que sugerem uma superação da ordem de 22%. Considerando as 84,7 mil toneladas indicadas por IBGE (1941) o algodão brasileiro teria superado o estadunidense em 32% na Alemanha naquele ano. Vale destacar que Bidwell (1939) indica os mesmos montantes de 64 mil e 84,7 mil toneladas.

<sup>30</sup> Dados do IBGE (1939) indicam que as importações totais alemãs de algodão em 1937 foram da ordem de 294 mil toneladas. Dados de Deist *et al.* (1990) indicam que as importações de 1939 foram da ordem de 259 mil toneladas, o que faria as 65,2 mil toneladas brasileiras equivalentes a 25% das importações alemãs naquele ano. Considerando a informação de Bidwell (1939), de que os Estados Unidos forneceriam 26% do algodão alemão em 1937, a proporção brasileira estaria entre 32% e 34%.

um terço das exportações brasileiras para a Alemanha, o Brasil, atingindo o saldo de 30 milhões de marcos, seria o primeiro país não europeu entre os credores do sistema de compensação alemão se comparado aos saldos imediatamente anteriores à guerra, atrás da Itália (107 milhões), Holanda (55 milhões), Hungria (41 milhões) e Suíça (36 milhões) e à frente da Bulgária (22 milhões), Espanha (22 milhões), Argentina (17 milhões), Grécia (17 milhões), Romênia (17 milhões) e Iugoslávia (14 milhões) (Deist, *et al.*, 1990; Abreu, 1999).<sup>31</sup>

A indisposição do principal produtor e exportador de algodão do mundo a negociar por meio de divisas inconversíveis até 1937 faria do tratado de compensação com o Brasil uma estratégia valiosa para a Alemanha: manter o abastecimento das indústrias têxteis sem gastar as divisas conversíveis essenciais para as demais importações do esforço de rearmamento. Em 1937, entretanto, os Estados Unidos abririam uma exceção em seus rigorosos princípios multilaterais ao assinar um acordo de permuta de algodão com a Alemanha. O movimento, também interessante do ponto de vista comercial imediato, faria parte de uma política geral de apaziguamento por parte dos Estados Unidos, de tentativas de retomada do volume comercial anterior à crise de 1929, de aumento de 36% nos investimentos diretos em manufaturas alemãs (em um período de desinvestimento da ordem de 5% no resto da Europa) e de diversos projetos políticos no intuito de tentar impedir uma guerra da qual o país dificilmente poderia se manter fora.<sup>32</sup> Nas palavras do embaixador estadunidense em Londres, quatro anos antes da eclosão do conflito:

Tenho muitas dúvidas se poderemos nos manter fora de uma grande conflagração europeia. Tentamos de verdade antes, sem sucesso. Portanto, a questão que se coloca é o que podemos fazer para auxiliar no apaziguamento da Europa em nome de nossos próprios interesses. (Bingham, 1935 *apud* Offner, 1977, p. 376)<sup>33</sup>

A assinatura do acordo de permuta de algodão, cobre e petróleo estadunidenses culminou em 1939 com metade do comércio entre Alemanha e Estados Unidos sendo realizado em marcos de compensação. Não obstante esse aceleração do comércio alemão com o maior produtor e exportador

<sup>31</sup> O saldo brasileiro seria reduzido, no entanto, a 5 milhões ainda em 1938.

<sup>32</sup> “Key American diplomats often hoped that economic concessions might appease Germany politically, and they were prepared to hedge their liberal principles” (Offner, 1977, p. 376).

<sup>33</sup> No original: “I am more than doubtful whether we could keep out of a great European conflagration. We tried hard once before, with no success. Therefore the question arises as to what we can do in our own interest to aid an appeasement in Europe.”

da fibra, o comércio brasileiro de algodão com a Alemanha não sofreria reveses, sendo o volume recorde de 84,7 mil toneladas de 1937 quase repetido em 1938, quando seriam exportadas 81,8 mil toneladas ao país. Se a economia alemã reconhecidamente carecia de fibras naturais para abastecer suas indústrias têxteis em meio ao esforço de rearmamento, a continuidade das exportações brasileiras após a retomada do comércio alemão com os Estados Unidos seria também sintomática da robustez da oferta brasileira de algodão, que atingia no período elevado grau de aperfeiçoamento, com preços e qualidades similares aos dos produtos estadunidenses (Brandis, 1952).

As exportações de algodão para a Alemanha de 1937 e 1938 repetiam o sucesso de 1935, quando foram exportadas 82,3 mil toneladas. O ano de 1936, entretanto, entremearia o período com uma importante redução do volume exportado para a Alemanha apesar do crescimento tanto da produção brasileira (18%, ou 54,2 mil toneladas adicionais em relação a 1935) quanto das exportações brasileiras totais do produto (44%, ou 61,7 mil toneladas adicionais em relação a 1935).<sup>34</sup> Registradas apenas 41,4 mil toneladas entre os dois mais significativos anos do comércio teuto-brasileiro do período, as reduzidas exportações de 1936 decorreram de uma interrupção das vendas durante as renegociações do tratado de compensação, que teriam no algodão importante alavanca de barganha. O esforço alemão em manter o algodão dentro do tratado de compensação durante a renegociação do acordo bilateral em 1936, enfim, é uma importante evidência do interesse alemão e da importância do produto para a economia do país.

Depois de muita barganha, com a Alemanha tentando fundamentalmente aumentar suas compras de algodão, enquanto os brasileiros queriam aumentar suas exportações dos demais produtos, chegou-se a um acordo para vigorar por um ano. Este estipulava a renovação do acordo comercial NMF e um compromisso alemão de permitir a entrada de 1,6 milhão de sacas de café, além de quotas para carne, fumo, laranjas, bananas e castanhas-do-pará. O Brasil, por sua vez, comprometia-se a fornecer até 62.000 toneladas de algodão. (Abreu, 1999, p. 165-166)

Além da ideia de que as exportações do produto para a Alemanha perturbavam o comércio brasileiro de algodão em geral, não havendo garantias da continuidade e estabilidade da demanda alemã pelo produto relativamente

<sup>34</sup> Exportações adicionais absorvidas por Japão (40,8 mil toneladas adicionais), Inglaterra (39,9 mil toneladas adicionais) e outros países (21,9 mil toneladas adicionais) (Brandis, 1952; IBGE, 1937).

a outros compradores, a exclusão do algodão na retomada das exportações que antecedeu a renegociação permitiu que autoridades brasileiras aumentassem exportações de produtos de mais difícil inserção no mercado internacional e de produtos com importância política para o regime de Vargas. Usado como alavanca de barganha, enfim, o algodão evidencia contra noções estadunidenses do período de que o sucesso comercial alemão na América Latina advinha de políticas agressivas e ameaças comerciais por parte do governo alemão.<sup>35</sup> O comércio de compensação, que derivava de condições específicas de benefício mútuo, persistia mesmo diante de atritos diplomáticos que despontavam com a emergência do Estado Novo:

Logo depois do golpe que instaurou o Estado Novo, as autoridades brasileiras proibiram qualquer atividade política e cultural do Partido Nazista junto a teuto-brasileiros no Sul do Brasil. Após esperar mais de duas horas para ser atendido por Vargas, o Embaixador alemão (Karl Ritter) declarou ao presidente que, se a proibição não fosse suspensa, as relações comerciais poderiam sofrer uma interrupção. Como Ritter esperava, Vargas respondeu que não desejava tratar dessas duas questões conjuntamente. “Essas questõeszinhas”, acrescentou Vargas no seu francês lento e preciso, “não deviam prejudicar o exame de coisas mais importantes, como por exemplo a realização de grandes encomendas na Alemanha para o Exército brasileiro”. “Eu (Ritter) o interrompi dizendo se a questão ligada ao Partido lhe parecia sem importância, o melhor seria ceder, pois essa questão revestia aspecto fundamental para a Alemanha. Além disso, o desenvolvimento dos negócios, ainda que em grande escala, não possuía maior significação para nós”. Vargas deu a impressão de aceitar essa argumentação, mas, sabendo que a Alemanha necessitava matérias primas brasileiras, permitiu que a proibição continuasse. (Wirth, 1973 *apud* Albuquerque, 1981, p. 224)<sup>36</sup>

O início da guerra acarretaria a já antecipada interrupção do fluxo de mercadorias provenientes tanto de países que se tornavam inimigos quanto

<sup>35</sup> “Germany was in a position to work her clearing agreements effectively only because the entire control of her trade, both domestic and foreign, was in the hands of the German Government. Germany was thus able to threaten to reduce imports of Brazilian cotton, cacao or coffee, of Turkish tobacco and Hungarian horses, unless corresponding purchases were made of German goods.” (Bidwell, 1939, p. 384).

<sup>36</sup> De fato, a proibição não seria revogada e a Alemanha não abriria mão do comércio com o Brasil. É interessante destacar, ademais, que Ritter desempenharia papel proeminente desde o início dos tratados econômicos entre o Brasil e o Terceiro Reich, nomeado embaixador após sua participação nas negociações dos acordos comerciais, quando defendia que a necessidade de industrializados do Brasil era complementar às demandas alemãs por matérias primas, em especial por algodão. Seu afastamento em setembro de 1938 resultaria, entretanto, exatamente das proibições e perseguições políticas do Estado Novo (Curi, 2018).

de países neutros impedidos de fazer comércio pelos bloqueios marítimos.<sup>37</sup> Do Brasil, que vendera ao país 355,5 mil toneladas de algodão entre 1935 e 1939 (Brandis, 1952; IBGE, 1937; IBGE, 1941), a Alemanha deixaria de receber qualquer volume a partir de 1940. Os economistas de guerra alemães perceberiam que, apesar da circunstância favorável do “Norte da Europa disposto a fornecer matérias-primas” e da ampliação do espaço econômico decorrente das anexações e invasões, a ambicionada “economia de guerra à prova de bloqueios” “poderia ser alcançada apenas parcialmente” (Deist, *et al.*, 1990, p. 357, tradução nossa).<sup>38</sup> As carências de insumos seriam agravadas, as importações de algodão em 1940 seriam menos da metade daquelas realizadas em 1939, quando o Brasil ainda abastecera o país com 65,2 mil toneladas (IBGE, 1941). A URSS, que fornecera menos de 1% do algodão importado pela Alemanha em 1939, tornar-se-ia responsável por 59% das entradas de algodão no país em 1940, com 71 mil toneladas de algodão de origem estadunidense, ilegal do ponto de vista dos bloqueios Aliados (Deist *et al.*, 1990).<sup>39</sup>

Para além do fornecimento de fibras têxteis, o início das agressões passaria a revelar diversas fragilidades da economia de guerra alemã, percebidas já ao final da guerra (Galbraith, 1945) e que se somavam às dificuldades de abastecimento já previstas, distanciando a realidade do conflito do “mito da implacável competência alemã” (Galbraith, 1981, p. 204).<sup>40</sup> a aplicação da estratégia de guerra-relâmpago na produção industrial durante os primeiros anos de guerra acumulava estoques apenas temporários de material bélico e permitia reduções desvantajosas em sua produção, a recorrente interferência da autoridade nacional em questões técnicas prejudicava decisões envolvendo informação, inteligência, artilharia e força aérea e uma “inércia” ou letargia

<sup>37</sup> Imediatamente antes da guerra, apenas 44% das importações de alimentos e 33% das importações de matérias-primas eram consideradas asseguradas, provenientes da Itália, Tchecoslováquia, Hungria, Romênia, Iugoslávia, Bulgária, Grécia, Dinamarca, Noruega, Suécia, Finlândia, Estônia, Letônia, Lituânia, Bélgica, Holanda, Suíça e Rússia. No conjunto das importações, 60% eram consideradas de continuidade duvidosa (Deist, *et al.*, 1990).

<sup>38</sup> No original (completo): “*But generally it was being realized that a blockade-proof war economy, even with the greatest effort and in the most favourable circumstances – i.e. Northern Europe being willing to supply raw materials in a war – could be ‘achieved only to a limited extent’.*”

<sup>39</sup> A descoberta britânica de que a Rússia teria servido como corredor para o produto entrar em território alemão seria motivo de atritos entre Roosevelt e o novo embaixador britânico nos Estados Unidos, Lord Halifax, em fevereiro de 1941 (Davis, 2013).

<sup>40</sup> Para o autor, seria esse mito, ademais, que motivaria “um dos maiores, talvez o maior erro de cálculo da guerra” do lado aliado, a estratégia britânica e estadunidense de bombardeios também em alvos civis (que pouco lograva no sentido de reduzir a capacidade militar alemã, cerceando atividades comuns e amenizando o problema alemão de mão de obra na indústria bélica), na medida em que a crença em uma economia de guerra alemã perfeitamente mobilizada justificava ataques a qualquer alvo em atinada sinergia com a máquina de guerra do país.

produtiva, associada às restrições no comércio exterior, inibiu uma expansão das jornadas de trabalho ou introdução de turnos adicionais nas fábricas comparáveis à experiência britânica, soviética e até mesmo estadunidense.<sup>41</sup> O problema do fornecimento de insumos divisado desde antes da guerra seria entendido por analistas internacionais, enfim, como primeira face da inadequação do esforço de guerra alemão ao conflito que o país fomentava.

## 5. A especificidade do comércio de compensação e o modelo nipo-brasileiro

O modelo de comércio de compensação acordado com a Alemanha para fortalecer o intercâmbio de algodão e de outras mercadorias contrastava com outros modelos comerciais estabelecidos entre Brasil e outros países no período. Motivado pelo lado alemão pela persistente dependência de matérias-primas, combustíveis e alimentos em um cenário de contas externas deterioradas, foram os benefícios para o Brasil que o levaram à assinatura e manutenção de um tratado bilateral à imagem de outros já estabelecidos pela Alemanha na Europa: propiciando importações subsidiadas de equipamentos necessários ao reaparelhamento do exército e ao processo de industrialização<sup>42</sup> e criando mercados para produtos politicamente importantes de mais difícil inserção no mercado internacional, o comércio de compensação e sua defesa em face de contestações internacionais dependiam de condições políticas e comerciais específicas da relação entre os dois países. O caso do comércio nipo-brasileiro, tendo justamente no algodão seu principal produto, despontando também na segunda metade da década de 1930 e envolvendo outro país em esforço de guerra, proporciona uma referência paradigmática para compreender a distinção das relações comerciais teuto-brasileiras que motiva o estudo.

Quadruplicado o comércio internacional japonês entre o início da década de 1910 e o fim da década de 1920 (Delanghe, 1999), o Japão tinha como mais importantes produtos de exportação os tecidos de algodão e seda e a seda crua, que somavam 62% das exportações.<sup>43</sup> Produzindo em teares

<sup>41</sup> Com uma jornada média de trabalho de 50 horas semanais e poucas indústrias prioritárias que introduziriam turnos adicionais apenas nos anos finais da guerra, pouco se poderia falar de um autêntico esforço de guerra alemão segundo (Galbraith, 1945).

<sup>42</sup> Cabe destacar que o processo brasileiro de industrialização durante a década de 1930 condizia também com um esforço, ou, ao menos, discurso, industrializante deliberado por parte do governo Vargas desde sua ascensão ao poder, conforme Fonseca (2003).

<sup>43</sup> Curiosamente, a prioridade japonesa dada às exportações levaria o governo imperial a proibir o uso civil de tecidos de algodão, reservados ao exército e, especialmente, ao setor externo, de modo a maximizar as receitas de exportação. Domesticamente, a alternativa seria a substituição pelo raioim (Nogueira, 1985).

nacionais de custo equivalente a um sexto dos teares britânicos importados, o Japão conquistou não apenas o mercado asiático de tecidos de algodão, mas vendeu seus produtos da África Central ao Canadá em meio à Primeira Guerra (Nogueira, 1985). Desse comércio derivava que o principal produto de importação fosse o algodão, gênero subtropical inadequado ao cultivo no país, cujas compras equivaleram a um quarto das importações em 1928. Com a Grande Depressão e a redução da demanda internacional por produtos de seda, os tecidos de algodão ganharam ainda maior importância na pauta de exportação, passando de 18% para 23%,<sup>44</sup> tornando o Japão o maior exportador de tecidos de algodão do mundo, com volume 3% acima do britânico em 1933 (Nogueira, 1985).

Acumulando déficits comerciais significativos com muitos dos países de quem importava, passando por um processo de industrialização e militarização demandante de recursos, sofrendo uma piora em seus termos de troca e tendo em seu mais importante produto de exportação uma completa dependência externa para obtenção da principal matéria-prima, o algodão, o Japão se esforçava para rever sua inserção no comércio internacional em meados da década de 1930.<sup>45</sup> O modelo seguido pelas autoridades japonesas, entretanto, destoava daquele buscado pelo governo alemão, ainda que os países enfrentassem circunstâncias comparáveis de crise externa: como resultado da decisão declarada de “se esforçar para comprar recursos naturais [de países não familiarizados com produtos japoneses] ao ponto de que eles comprem produtos japoneses, com o propósito de torná-los clientes fiéis” (Delanghe, 1999, p. 99, tradução nossa),<sup>46</sup> o Japão enviaria missões a diversos países no intuito de ampliar seus mercados. O Brasil, interessante pelo tamanho de sua população, pela velocidade de seu desenvolvimento econômico e pelo conveniente crescimento de sua produção de algodão, prontamente despertou

---

<sup>44</sup> Seda crua e tecidos de seda declinaram de 44% para 17% das exportações. Os produtos que mais cresceram, maquinaria, ferro e automóveis, não atingiram conjuntamente um terço do valor das exportações de tecidos de algodão (Delanghe, 1999).

<sup>45</sup> A situação era agravada também pelo protecionismo do Império Britânico, que aproveitava seu imenso território colonial para conter o avanço japonês e recuperar sua supremacia no mercado mundial de tecidos. Além de cotas de importação e proibições no Egito, Somalilândia Britânica, Gâmbia, Costa do Ouro Britânica, Nigéria, Serra Leoa, Chipre, Malta, Ceilão, Malásia, Sarauaque, Ilhas Maurício, Barbados, Jamaica, Ilhas Sotavento, Trindade e Tobago, Fiji, Guiana Britânica, Honduras Britânicas e Seicheles, o verdadeiro golpe às exportações japonesas veio da tarifa de 75% imposta sobre os tecidos japoneses na Índia, que derrubou a parcela indiana das compras totais de tecidos de algodão do Japão de 28% em 1932 para 15% em 1934 (Delanghe, 1999).

<sup>46</sup> No original: “Japan will make an effort to buy their natural resources to the extent that they will buy its products, and this with the purpose of turning them into loyal clients”

o interesse japonês, com o relatório do líder da missão ao Brasil, Hirao Hachisaburo, declarando que:

O Brasil é grande, pouco densamente povoado e rico em recursos naturais. Portanto, era bastante natural que o Brasil, país com o potencial de se tornar o maior produtor agrícola, e o Japão, empenhado em se tornar o país mais avançado industrialmente, deveriam desenvolver relações comerciais. O problema antes era que o Brasil cultivava apenas café, um produto não consumido em grandes quantidades pelo Japão. [...] Entretanto, a produção e comercialização do café colapsaram e houve um movimento rumo a novos cultivos. Por suas condições físicas, nenhum teve tanto sucesso quanto o algodão, precisamente o produto que o Japão precisa em grandes quantidades. (Hachisaburo *apud* Delanghe, 1999, p. 99-100, tradução nossa)<sup>47</sup>

Sob recomendação de Hachisaburo, o Japão aplicou capitais no desenvolvimento do plantio e do beneficiamento de algodão no Brasil, aproveitando a circunstância favorável dos imigrantes japoneses anteriores já estabelecidos em zonas rurais brasileiras para promover o cultivo do algodão.<sup>48</sup> Assim, enquanto o governo nipônico estimulou empresas japonesas a atuarem tanto no beneficiamento do produto<sup>49</sup> quanto no financiamento da lavoura<sup>50</sup> em território brasileiro, atuando diretamente a favor da expansão da economia

<sup>47</sup> No original: “Brazil is big, not densely populated, and rich in natural resources. Therefore, it was quite natural that Brazil, the country with the potential of becoming the biggest agricultural producer, and Japan, striving to become the world’s most advanced industrial country should develop trade relations. The problem before was that Brazil only grew coffee, a commodity not consumed in large quantities by Japan. [...] However, coffee production and trade had now collapsed, and a move towards other crops was going on. Because of physical conditions, none was as successful as cotton, precisely the commodity of which Japan needed large quantities”.

<sup>48</sup> Diferente dos imigrantes de demais nacionalidades que, atraídos pelo nível salarial superior, fixavam-se nos centros urbanos, os agricultores japoneses egressos dos cafezais se estabeleceram maciçamente em núcleos agrícolas. Em 1934, enquanto 10.828 japoneses viviam nas cidades, 120.811 trabalhavam no campo (Nogueira, 1985). Apesar da sujeição das listas de profissão de imigrantes a interferências, de modo a, por exemplo, facilitar a entrada de mão de obra rural, os registros oficiais sugerem um reforço dessa tendência em meados da década, com 98,6% dos 19.912 imigrantes japoneses entre 1935 e 1937 registrados como agricultores ao entrarem no Brasil. No mesmo período, cabe salientar, apenas 7% dos 14.180 imigrantes alemães que entrariam no país seriam registrados como agricultores, havendo, ainda assim, prováveis diferenças entre os registros dos diferentes nacionais. É também importante destacar que a média anual de imigrantes japoneses no Brasil entre 1924 e 1933 foi de 11.019 e que, embora a tendência de redução no contingente de imigrantes não fosse inesperada considerando o ritmo de industrialização e militarização do Japão, os dados indicam uma situação inversa daquela apontada por Caio Prado Júnior (1987, p. 276-277): “O império oriental contará para isto com a imigração de seus súditos para o Brasil que, embora já encetada desde longa data (1908), toma grande impulso depois de 1930, sendo então ativamente estimulada e oficialmente amparada”. (IBGE, 1936; 1937; 1939; 1941).

<sup>49</sup> Exemplos seriam a Algodoeira do Sul, Algodoeira Bratac e Brazcot, sendo esta última responsável anualmente pelo processamento de 19 mil toneladas de algodão (Nogueira, 1985).

<sup>50</sup> Exemplos seriam os bancos Tozan e Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha (Albuquerque, 1981).

do algodão no Brasil a partir de 1936 e pagando pelo produto em divisas conversíveis, sem comprometer o Brasil com acordos que colocassem em questão as condições de comércio com o maior parceiro do país, a solução encontrada pelo governo alemão na política bilateral de comércio de compensação era considerada disruptiva tanto domesticamente quanto internacionalmente.

Ocorria que, enquanto a Alemanha oferecia ao Brasil produtos e mercados importantes, a intenção japonesa de tornar seus principais fornecedores “clientes fiéis” não prosperaria: o Brasil obteria saldos comerciais progressivamente maiores com o Japão à medida que cresciam as exportações de algodão,<sup>51</sup> não se tornando mercado significativo para qualquer produto do país. Exportando majoritariamente tecidos de algodão, tecidos de seda e seda crua, para os quais o Brasil pouco constituía mercados de importação,<sup>52</sup> inexistia a possibilidade de comércio de compensação com o Japão no período, fundamentado o modelo em um intercâmbio equilibrado capaz de saldar moedas inconvertíveis acumuladas entre os países. O comércio nipo-brasileiro de algodão, com isso, torna-se também ponto de referência do interesse brasileiro no comércio de compensação com a Alemanha, sinalizando que os benefícios em preços e mercados oferecidos pela Alemanha compensavam garantias em volume feitas pelo Brasil de um produto que encontraria compradores dispostos a pagar com divisas correntes,<sup>53</sup> preferíveis ao inconveniente acúmulo de saldos inconvertíveis em um cenário de persistente crise cambial.

As exportações de 353,6 mil toneladas de algodão para o Japão e de 394,9 mil toneladas para a Grã-Bretanha entre 1934 e 1941, equivalentes a 93,8% e 104,8% das exportações do produto para a Alemanha no mesmo período, por fim, colocam em perspectiva a dimensão desse comércio, que assume significativa importância na Alemanha em esforço de guerra:

---

<sup>51</sup> Em 1937, 1938 e 1939, anos nos quais o algodão corresponderia a 90,8%, 91,8% e 92,7% das exportações brasileiras ao Japão, os saldos comerciais do Brasil com o país seriam equivalentes a 64,4%, 70,8% e 75,1% das receitas de exportação respectivamente (IBGE, 1941).

<sup>52</sup> Já na segunda metade da década de 1920 o Brasil importava menos de 10% dos tecidos de algodão consumidos domesticamente (Villela; Suzigan, 1973). Com relação à seda, as importações brasileiras de 197 toneladas em 1940, segundo IBGE (1946), seriam equivalentes a 0,7% das 28.402 toneladas exportadas pelo Japão em 1937, ou 0,8% das 26.235 toneladas importadas pelos Estados Unidos, conforme IBGE (1939).

<sup>53</sup> Cabe salientar que o algodão brasileiro corresponderia, em 1938, a apenas 10,7% das importações japonesas de algodão, havendo espaço (e intenção) do lado japonês para ampliar esse comércio (Delanghe, 1999).

**Tabela 2 – Exportações brasileiras de algodão por destino em toneladas (1929-1945)**

Ano	Total	Grã-Bretanha	Alemanha	Japão	Outros
1929	48.728	41.537	1.990	-	5.201
1930	30.416	18.721	4.353	-	7.342
1931	20.779	14.225	1.995	-	4.559
1932	515	176	132	-	207
1933	11.693	9.449	392	81	1.771
1934	126.548	66.340	21.442	1.696	37.070
1935	138.630	25.939	82.329	2.492	27.870
1936	200.313	65.821	41.403	43.328	49.761
1937	236.181	47.330	84.746	50.918	53.187
1938	268.719	50.448	81.803	60.159	76.309
1939	323.539	47.857	65.218	77.806	132.658
1940	224.265	53.143	-	64.193	106.929
1941	288.274	38.016	-	53.014	197.244
1942	153.954	32.844	-	-	121.110

Fontes: Brandis (1952) (1929 até 1935 e 1945); IBGE (1937, p. 382) (1936); IBGE (1941, p. 418) (1937 até 1939); IBGE (1946, p. 268) (1940 até 1944).

Nota: dados anteriores a 1936 não foram localizados entre os anuários estatísticos do IBGE. Entretanto, dados utilizados de Royall Brandis citam como fonte o *Brazilian Government Trade Bureau* e, para os anos de 1936 a 1944, os valores fornecidos pelo autor coincidem precisamente com os encontrados nos três anuários estatísticos do IBGE referentes a 1937, 1939-1940 e 1941-1945, convertidos valores em “bales” para quilogramas (478 libras por bale e 0,453592 quilogramas por libra).

Liderando as importações de algodão brasileiro durante os anos de 1935, 1937 e 1938, a interrupção das exportações da fibra para a Alemanha em 1936 significaria para o Brasil apenas um aumento das remessas aos demais compradores, com expansões tanto japonesas quanto britânicas virtualmente idênticas à retração do volume antes vendido à Alemanha. Essa dinâmica do comércio exterior de algodão, que reforça a leitura de um uso do produto como alavanca de barganha pelo Brasil, indica também que a constatada essencialidade do comércio de algodão para a economia alemã não encontrava equivalência do lado brasileiro: perpetuadas as exportações para o Japão Segunda Guerra adentro e persistindo significativo comércio com a Grã-Bretanha durante todo o período, o tratado de compensação de algodão com a Alemanha, ainda que peculiar em sua forma, não redundaria em volumes excepcionais comercializados ou em compromissos comerciais duradouros do Brasil com o país.

## 6. Conclusão

O esforço de guerra alemão, que determinou o aumento das compras de algodão brasileiro a ponto de tornar o Brasil seu principal fornecedor, permitiu que a Alemanha mantivesse o abastecimento do mais custoso artigo de sua pauta de importações sem depender de divisas conversíveis necessárias para as importações provenientes de países não signatários de acordos semelhantes. Em seu empenho em garantir o abastecimento de matérias-primas, alimentos e combustíveis no contexto de riscos crescentes de sanções ou guerra, entretanto, o algodão seguiria desalinhado às intenções das autoridades alemãs, que, movidas também pelo ideal de “autarquia” do regime, buscariam alternativas domésticas ao produto, com sucesso parcial. Em conjunto com outros insumos cujo fornecimento a Alemanha se esforçava para manter, por fim, o algodão limitava atividades industriais e inviabilizava uma mobilização plena dos fatores de produção na economia alemã, em oposição a ideias difundidas de um esforço de guerra total desde anos antes do conflito.

Para o Brasil, o tratado arriscou as relações com os Estados Unidos e comprometeu um produto que encontraria outros compradores no mercado internacional capazes de pagar em divisas conversíveis, úteis para promover de maneira mais imediata os pagamentos das dívidas externas e a recuperação das reservas de divisas. Esse comprometimento, entretanto, indicaria precisamente a disposição brasileira a ingressar nesse comércio de modo a viabilizar importações mais baratas de maquinário e equipamentos importantes para o desenvolvimento econômico do país e para o reequipamento das Forças Armadas em um período de acirramento dos conflitos internacionais. A interrupção das remessas de algodão para a Alemanha em 1936, associada ao aumento das exportações totais de algodão no mesmo ano e à retomada das vendas após o comprometimento alemão de ampliar suas importações de outros produtos, enfim, atestaria para um benefício mais amplo das exportações brasileiras de algodão sob o tratado de compensação, além das divisas inconversíveis em si, sob condições favoráveis ao Brasil de alternativas ao comércio com a Alemanha.

As relações comerciais estabelecidas entre os países sobre bases avessas à ordem multilateralista, tendo um importante ponto de sustentação no algodão brasileiro, são emblemáticas não apenas pelo lado alemão, de um país que formulava mecanismos econômicos de acordo com renovadas ambições expansionistas e que, com intuitos dessa natureza, aceitava indispor-se com as principais potências do globo. O comércio teuto-brasileiro durante a Era

Vargas, distinto de outras formas de comércio que também afloravam no período (com nações que perseguiram, inclusive, objetivos similares aos alemães), correspondeu oportunamente a objetivos nacionais brasileiros, constituídos pela primeira vez como tais num Brasil que passava a discutir comércio, indústria e desenvolvimento junto a questões de autonomia e segurança, próprias de um país contemporâneo e consoantes com as incertezas da década de 1930.

## Referências

ABREU, M. de P. *O Brasil e a economia mundial: 1930-1945*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

ABREU, M. de P. *A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2014.

ALBUQUERQUE, R. H. P. L. de. *Capital comercial, indústria têxtil e relações de produção na cotonicultura paulista (1920-1950)*. Campinas: Unicamp, 1981 (Dissertação de Mestrado em Economia da Unicamp).

BIDWELL, P. W. Latin America, Germany and the Hull Program. *Foreign Affairs*, v. 17, n. 2, p. 374-350, 1939.

BRANDIS, R. Cotton competition, U.S. and Brazil: 1929-1948. *American Journal of Agricultural Economics*. v. 34, p. 67-82, 1952.

CURI, L. F. B. *Nationalökonomie nos trópicos: pensamento econômico alemão no Brasil (1889-1945)*. São Paulo: USP, 2018 (Tese de Doutorado em História Econômica da USP).

CORSI, F. L. Política externa e desenvolvimento no Estado Novo. *Revista de História*. Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 247-260, 2007.

CORSI, F. L. O projeto de desenvolvimento de Vargas, a Missão Oswaldo Aranha e os rumos da economia brasileira. In: BASTOS, P. P. Z.; FONSECA, P. C. D. (Org.). *A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo: Editora Unesp, p. 35-66, 2012.

CQ RESEARCHER. *Foreign trade in German economy*. Washington: Editorial Research Reports, 1939. Disponível em <[library.cqpress.com/cqresearcher/document.php?id=cqresrre1939030900](http://library.cqpress.com/cqresearcher/document.php?id=cqresrre1939030900)>. Acesso em 8 setembro 2020.

CURI, L. F. B.; LIMA, D. B. M. de; PEREIRA, V. B. M. German economic strategies for Brazil: autarky and extended economic space in the 1930s. *Revista de Historia Económica, Journal of Iberian and Latin American Economic History*. v. 37, n. 3, p. 1-28, 2019.

DAVIS, J., M. *The Ministry of Economic Warfare: Anglo-American relations from 1939-1941*. Lynchburg: Liberty University, 2013.

DEIST, W.; MESSERSCHMIDT, M.; VOLKMANN, H.-E.; WETTE, W. *Germany and the Second World War: The build-up of German aggression*. Oxford: Clarendon Press, 1990.

DELANGHE, H. Japanese imports of Brazilian raw cotton in the second half of the 1930s: the beginning of significant japanese-brazilian trade and investment relations. *História econômica & história de empresas*. v. 2, n. 2, p. 83-101, 1999.

DIETRICH, A. M. *Nazismo Tropical? O Partido Nazista no Brasil*. São Paulo: USP, 2007 (Tese de Doutorado em História da USP).

FONSECA, P. C. D. Sobre a intencionalidade da política industrializante do Brasil na década de 1930. *Revista de Economia Política*. v. 23, n. 1, p. 1-16, 2003.

GALBRAITH, J. K. Germany was badly run. *Fortune*. v. 32, n. 6, 1945.

GALBRAITH, J. K. *A life in our times*. Boston: Houghton Mifflin Company, 1981.

GERTZ, R. E. Influência política alemã no Brasil na década de 1930. *Estudios interdisciplinarios de América Latina*. v. 7, n. 1, p. 85-105, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Anuário Estatístico do Brasil – 1936*. Rio de Janeiro: IBGE, 1936.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Anuário Estatístico do Brasil – 1937*. Rio de Janeiro: IBGE, 1937.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Anuário Estatístico do Brasil – 1938*. Rio de Janeiro: IBGE, 1939.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Anuário Estatístico do Brasil – 1939-1940*. Rio de Janeiro: IBGE, 1941.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Anuário Estatístico do Brasil – 1941-1945*. Rio de Janeiro: IBGE, 1946.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Anuário Estatístico do Brasil – 1946*. Rio de Janeiro: IBGE, 1947.

KALDOR, N. The German war economy. *Review of Economic Studies*. v. 13, n. 1, p. 33-52, 1945.

LUCAS, T. C. Nazismo d'além mar: conflitos e esquecimento. Porto Alegre: UFRGS, 2011 (Tese de Doutorado em História da UFRGS).

NOGUEIRA, A. R. São Paulo, o algodão e o japonês na década de trinta. *Jornal do Imigrante*. v. 8, n. 89, p. 9-26, 1985.

OFFNER, A. A. Appeasement revisited: The United States, Great Britain, and Germany, 1933-1940. *The Journal of American History*. v. 64, n. 2, p. 373-393, 1977.

PRADO JÚNIOR, C. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

STRAUSS, F. The food problem in the German war economy. *The Quarterly Journal of Economics*. v. 55, n. 3, p. 364-412, 1941.

VARGAS, G. *Diário: volume II, 1937-1942*. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995.

VILLELA, A. V.; SUZIGAN, W. *Política do governo e crescimento da economia brasileira: 1889-1945*. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, Instituto de Planejamento Econômico e Social, Instituto de Pesquisas, 1973. (Série monográfica n. 10)